



ST4 - EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES: O QUE MOSTRAM OS INDICADORES?

SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT IN CATARINIAN MUNICIPALITIES: WHAT DO THE INDICATORS SHOW?

Vilmar Nogueira DUARTE¹, Alexandre de Souza CORRÊA²

RESUMO: Este artigo analisa a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios do estado de Santa Catarina entre os anos de 2005 e 2016, mensurada pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Para tanto, foram utilizadas duas abordagens: i) *Intraestadual*: IFDM dos municípios de Santa Catarina em relação à média do estado; e ii) *Interestadual*: IFDM dos municípios catarinenses em relação à média brasileira. Os resultados mostram uma condição melhor de desenvolvimento dos municípios catarinenses quando analisados pela ótica da média nacional, ao contrario de quando comparados com a média estadual, em que as desigualdades são mais evidentes.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Mesorregiões. Municípios. Santa Catarina.

ABSTRACT: This article analyzes the evolution of socioeconomic development in the municipalities of the state of Santa Catarina between 2005 and 2016, measured by the Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). For this, two approaches were used: i) *Intrastate*: IFDM of the municipalities of Santa Catarina in relation to the state average; and ii) *Interstate*: IFDM of the municipalities in Santa Catarina in relation to the Brazilian average. The results show a better condition for the development of Santa Catarina's municipalities when analyzed by the national average, in contrast to when compared with the state average, in which inequalities are more evident.

Keywords: Regional Development. Mesoregions. Counties. Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

A abordagem sobre a temática do crescimento e do desenvolvimento econômico tem constatado que algumas regiões prosperam e se transformam em polos privilegiados de concentração produtiva e de crescimento econômico, pavimentando um processo virtuoso para o desenvolvimento econômico. Por outro lado, outras regiões se mantêm estagnadas ou até mesmo entram em declínio, em decorrência da expansão das primeiras (RODOLFO, 2016).

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo (PR). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). vilmareconomics@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo (PR). Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); alexandrecorrea@ufgd.edu.br



OBSERVADR





A maneira como reduzir essas disparidades tem sido tema de intenso debate, tanto no ambiente acadêmico como nas instâncias políticas, se apresentando como um dos grandes desafios a ser enfrentado para melhorar o nível de desenvolvimento do Estado-nação. A identificação desses aspectos tornou-se condição indispensável para adoção de políticas públicas de desenvolvimento regional eficazes. Porém, no que diz respeito a sua dinâmica interna, ainda é preciso compreender as peculiaridades inerentes a cada espaço geográfico, (BEGNINI; ALMEIDA, 2016; FERRERA DE LIMA, 2019).

Dessa forma, para compreender as realidades socioeconômicas das regiões, a mensuração do nível de desenvolvimento por meio de um conjunto de indicadores que caracterizam a população como saúde, renda, educação entre outros, se tornou inerente ao processo de desenvolvimento econômico de uma nação. Contudo, tal mensuração contrasta com a complexa tarefa de superar as limitações que as realidades econômicas e sociais apresentam e que são difícil de captar, necessitando cada vez mais do aprimoramento de técnicas de medições homogêneas e eficazes.

No caso de Santa Catarina, utilizando-se de indicadores socioeconômicos para mensurar o nível de desenvolvimento do estado, os estudos de Raiher (2013) e de Rodolfo (2016) constataram que algumas regiões apresentaram altos níveis de desenvolvimento, enquanto outras permaneceram estagnadas. O Oeste Catarinense e a região litorânea: Vale do Itajaí; parte Leste da região Norte; parte Norte da região Sul e o Leste da região da Grande Florianópolis aparecem com o maior número de municípios desenvolvidos. Na condição de subdesenvolvimento, os municípios se concentram na parte central do estado, região Serrana e parte Oeste da região Norte.

Diante deste contexto, a problemática deste estudo instaura-se a partir do seguinte questionamento: o desenvolvimento socioeconômico dos municípios catarinenses e de suas respectivas regiões melhorou no período de 2005 a 2016? A identificação desses aspectos é importante por oportunizar diagnósticos mais realistas da situação socioeconômica desses espaços, oportunizando a adoção de políticas públicas condizentes com as necessidades municipais e regionais.

Para responder a este questionamento, este estudo teve como objetivo analisar a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Santa Catarina entre 2005 e 2016, mensurada pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A estimação foi realizada em dois momentos: no primeiro, mensurou-se o comportamento do IFDM dos municípios catarinenses em relação à média estadual (abordagem *intraestadual*). No segundo momento, os municípios catarinenses foram comparados com a média brasileira do IFDM (abordagem *interestadual*).

O artigo está estruturado em cinco seções. Além dessa seção introdutória, o tópico seguinte discorre sobre as referências que fundamentam o trabalho, destacando os aspectos mais relevantes do desenvolvimento. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos utilizados para mensuração e identificação das condições de desenvolvimento dos municípios catarinenses. A quarta seção apresenta os resultados do estudo, evidenciando o perfil dos municípios na comparação com a média estadual e nacional; enquanto que a última seção apresenta as considerações finais.



OBSERVADR





ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO

Há um consenso na literatura de que o crescimento econômico tende a promover severas desigualdades econômicas em um país, fazendo com que algumas regiões cresçam e se desenvolvam mais rapidamente do que outras, intensificando-se assim os desequilíbrios regionais. O próprio processo de crescimento e de desenvolvimento cria externalidades favoráveis à sua continuidade, com a expansão de algumas regiões produzindo efeitos regressivos em outras. Myrdal (1957) utilizou o termo *causação circular cumulativa* para explicar a maneira como este processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo pode ser ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos.

Nesse sentido, a *causação circular cumulativa* pode reforçar ainda mais uma situação de pobreza ou de riqueza de uma região. Souza (2009) esclarece esta lógica da seguinte maneira: quando esse círculo é ascendente (situação próspera de crescimento) a pessoa tende a sair da pobreza, por dispor de mais alimentos, saúde e capacidade de trabalho; quando descendente (situação de pobreza), a pessoa tende a ficar cada vez mais pobre e doente. Ao levar essa ideia para a região, quanto mais pobre ela for, menor é a renda, a poupança e o investimento, explicando a baixa produtividade dos fatores e o seu subdesenvolvimento.

Nurkse (1957), em seu trabalho intitulado *círculo vicioso do subdesenvolvimento* destaca que o grande obstáculo para o desenvolvimento de um país ou região subdesenvolvida é a insuficiência de demanda interna, decorrente do baixo poder aquisitivo de sua população. Como resultado, a produção de bens e serviços fica restringida ao tamanho desse mercado e a falta de incentivo para novos investimentos.

Para Souza (2009), a pequena dimensão do mercado interno de uma nação trava os investimentos, em função dos altos custos médios, inviabilizando a produção de certos tipos de bens, limitando o crescimento e o desenvolvimento econômico. Esta situação caracteriza o problema do subdesenvolvimento de países que não conseguem expandir suas estruturas produtivas e, conseqüentemente, seu mercado interno, persistindo, desta maneira, em um *círculo vicioso de subdesenvolvimento*.

Hirschman (1958) esclarece que os mecanismos capazes de induzir a expansão econômica de uma nação podem ser encontrados em investimentos específicos, que por meio de efeitos complementares (efeitos em cadeia para trás e para frente) tendem a propagar a criação de novos investimentos produtivos, rompendo, assim, com o atraso econômico dos países subdesenvolvidos. Duarte (2015) e Corrêa (2019) destacam que a vantagem da abordagem de Hirschman é que ela abre espaço para o investimento induzido, facilitando a gestão dos recursos escassos, bem como a maximização da capacidade de intervenção do Estado na economia.

É importante lembrar, que o desenvolvimento socioeconômico contempla elementos que vão além do aumento da produção e da melhoria na distribuição de renda. É preciso garantir também, que as pessoas tenham acesso a serviços públicos de qualidade, permitindo melhoria no bem-estar social de forma contínua. Porém, para que isso aconteça é indispensável a intervenção do Estado por meio de políticas públicas direcionadas para tal fim, uma vez que o mercado não oferece esses serviços (RAIHER; FERRERA DE LIMA, 2014; FERRERA DE LIMA, 2019).



OBSERVADR





Boisier (1999) e Dallabrida (2017) argumentam que a melhoria do bem-estar social está vinculada a necessidade de um processo permanente de progresso da própria região ou da comunidade local e de cada pessoa. Para tanto, os autores indicam três elementos fundamentais: a) mudanças estruturais locais; b) responsabilidade da sociedade local com o desenvolvimento; e c) maior dinâmica econômica e social com intuito de melhorar a qualidade de vida de toda a população.

Sendo assim, o desenvolvimento local passa, então, por mudanças estruturais que acontecem na base, pela liderança da comunidade local, que é encarregada de viabilizar e potencializar seus recursos para melhorar o bem-estar econômico e social da população. Para isso, é preciso a sinergia da comunidade para interação e cooperação territorial que permita aos seus membros confiar uns nos outros para, enfim, realizar ações conjuntas em prol do interesse comum (BOISIER, 1999).

Baseado em Sen e Williams (1982), Fukuda-Parr (2003) cita duas principais abordagens do estudo do desenvolvimento ao longo da história que enfatizam as necessidades básicas e, embora elas incidam em diferentes significados, a finalidade é o bem-estar humano. A primeira é a abordagem do neoliberalismo, onde o bem-estar é definido pela doutrina utilitarista da maximização da utilidade, no entanto, o descuido dos direitos, das liberdades e da organização humana são críticas que limitam esta abordagem. A segunda abordagem é das necessidades básicas, a qual considera o fornecimento de bens e serviços como principal “necessidade” das pessoas, e não analisa, portanto, uma base de recursos para definir o bem-estar humano, sendo a satisfação das necessidades materiais das pessoas como principal emprego das políticas públicas, sem atentar para os direitos humanos e as liberdades individuais.

Ao longo dos anos, outros estudos das capacidades humanas receberam maior atenção quanto à liberdade da opressão social e política, com destaque para as questões de gênero³. Assim, a transição de uma era de planejamento do desenvolvimento para uma era da globalização modificou a agenda do desenvolvimento, sendo a igualdade e a análise de gênero como principais promotoras desta transição, com a prestação de serviços públicos ao empoderamento político. No sentido de ampliar as capacidades de todas as pessoas, a condição dos aspectos avaliativos do desenvolvimento é compreendida unicamente pelo desenvolvimento humano. Logo, o crescimento econômico é somente um meio e não um fim em si mesmo (FUKUDA-PARR, 2003).

Desse modo, a construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado na década de 1990 pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) de autoria de Armatya Sen e Mahbub ul Haq, se refere aos aspectos de monitoramento do bem-estar social e da equidade para o desenvolvimento. Desde então, esse indicador tornou-se um marco na ótica de como compreender o bem-estar social das pessoas de uma nação, considerando Saúde, Renda e Educação como pilares para o desenvolvimento humano.

Mesmo não sendo possível captar todas as complexidades que envolvem o ser humano e seu

³ Para Fukuda-Parr (2003) a evolução do estudo do desenvolvimento humano, pode ser evidenciada nos temas estudados nos relatórios do PNUD: desenvolvimento sustentável em 1994; igualdade de gênero em 1995; pobreza em 1997; consumo e desenvolvimento sustentável em 1998; direitos humanos em 2000; e democracia em 2002.



sentimento de bem-estar, o IDH atende como balizador para implementação de políticas públicas, bem como para construção de outros índices, como é o caso do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que adota metodologia semelhante do IDH. Assim, o papel do Estado para o progresso e o fortalecimento das regiões subdesenvolvidas requer o atendimento dos interesses da sociedade e, apesar do IDH ser uma representação estática, contribui para decisões e ações do Estado para tal fim.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise do desenvolvimento socioeconômico dos 295 municípios do estado de Santa Catarina entre 2005 e 2016, adotou-se como parâmetro o “Informe sobre *Desarrollo Humano*”, publicado no México em 2002 (UNDP, 2002), o qual classificou os estados mexicanos de acordo com o perfil de desenvolvimento encontrado pelo valor médio de cada dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴.

Para este trabalho, utilizou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o qual diferentemente do IDH que se baseia no Censo Demográfico realizado a cada dez anos⁵, utiliza dados disponibilizados anualmente em fontes oficiais que abrange as variáveis Saúde, Educação e Emprego&Renda. O IFDM classifica a condição de desenvolvimento dos municípios da seguinte forma: Alto Desenvolvimento (0,800-1,000); Desenvolvimento Moderado (0,600-0,799); Desenvolvimento Regular (0,400-0,599); e Baixo Desenvolvimento (inferior a 0,400).

A metodologia da (UNDP, 2002) considera quatro classificações do desenvolvimento, que são: a) *Tendendo ao Crescimento*: quando a dimensão IDH renda de uma região for maior que a média da região de referência; b) *Tendendo ao Desenvolvimento*: quando apenas as dimensões IDH longevidade e educação/conhecimento estiverem acima da média da região de referência; c) *Círculo Vicioso*: quando as três dimensões do IDH (renda, longevidade e educação/conhecimento) apresentarem valores abaixo da média da região de referência; e d) *Círculo Virtuoso*; neste caso, todas as dimensões do IDH devem apresentar valores acima da média geral.

No Quadro 1 essas informações estão sistematizadas e adaptadas para o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), as quais foram utilizadas como base para a análise dos municípios catarinenses.

⁴ Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), as dimensões e os respectivos valores do desenvolvimento são: Muito Alto (0,800-1,000); Alto (0,700-0,799); Médio (0,555-0,699); e Baixo (0,350-0,554).

⁵ O IDH é mais completo, devido o Censo Demográfico disponibilizar uma base de dados com referência para o conhecimento das condições de vida da população por cada domicílio brasileiro. Optou-se o uso do IFDM por disponibilizar dados anuais, no caso 2005 e 2016.



Quadro 1 - Classificação dos municípios segundo o seu perfil de desenvolvimento socioeconômico

Classificação	Situação do município
Tendendo ao crescimento	IFDM-Renda > que a média
Tendendo ao desenvolvimento	IFDM-Saúde e IFDM-Educação > que a média
Círculo vicioso (Subdesenvolvido)	IFDM-Renda, IFDM-Saúde e IFDM-Educação < que a média
Círculo virtuoso (Desenvolvido)	IFDM-Renda, IFDM-Saúde e IFDM-Educação > que a média

Fonte: Raiher e Ferrera de Lima (2014); Corrêa, Bidarra e Piffer (2019) adaptado do Informe sobre *Desarrollo Humano* (2002) e IFDM - Firjan (2016).

O estudo contempla dois tipos de comparações: uma *intraestadual*, em que o IFDM dos municípios é comparado com a Média Ponderada (MP) da população dos municípios do estado de Santa Catarina; e, uma *interestadual*, em que o IFDM dos municípios é comparado com a Média Ponderada (MP) da população de todos os municípios brasileiros. A equação utilizada para o cálculo da Média Ponderada (MP) é a seguinte:

$$MP = \frac{\sum IFDM_j \times POP_j}{POP_i} \quad (01)$$

Em que: $IFDM_j$ = Valor do Índice Firjan do Município j ; POP_j = População do Município j ; POP_i = População total da unidade de referência i . Os dados do IFDM dos municípios são procedentes da base de dados do sistema Firjan, referentes aos anos de 2005 e 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o IBGE (2020), o estado de Santa Catarina possuía 7.164.788 habitantes em 2019, com densidade populacional de 65,27 pessoas por km², distribuídas entre seus 295 municípios. O Censo Demográfico de 2010 apontou que cerca de 84,00% da população era urbana, tendo esta apresentado crescimento de 5,28% em relação ao Censo de 2000⁶. O estado apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,774, classificado como *alto padrão de desenvolvimento*, sendo superado apenas pelo Distrito Federal (0,824) e pelo estado de São Paulo (0,783).

Em 2017 o Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina foi de R\$277,19 bilhões, sendo o 6º maior PIB do país com 4,21% de participação no PIB nacional. Em termos de rendimento médio domiciliar, em 2018 o valor constatado foi de R\$1.660,00 e a taxa de desocupação situou-se em torno de 6,30%, sendo inferior à média nacional que foi de 11,80%. Em contrapartida, em 2018

⁶ Dados da população de 2018 estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para população urbana os dados referem-se aos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE, 2020).



OBSERVADR





o Índice de Gini⁷ foi de 0,76, sendo o 12º estado com maior concentração de renda no Brasil e o primeiro de sua região, pois os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná apresentaram índices de 0,78 e 0,77, respectivamente (IBGE, 2020).

Apesar da elevada desigualdade de renda no estado, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) apresentou resultados semelhantes ao do IDH em 2016. A maioria dos municípios (83,50%) apresentaram *Desenvolvimento Moderado* e 15,50% *Alto Desenvolvimento*, ou seja, cerca de 99,00% dos municípios do estado apresentaram IFDM acima de 0,600, sendo superado apenas por São Paulo, onde o percentual de municípios com esse perfil foi de 99,40%.

Tais aspectos indicam que os municípios catarinenses apresentaram desenvolvimento socioeconômico superiores ao dos demais estados (com exceção de São Paulo), pois apenas três municípios foram classificados com *Desenvolvimento Regular* e nenhum com *Baixo Desenvolvimento*. Porém, conforme aborda Rodolfo (2016), as desigualdades regionais durante a década de 2000 e início da de 2010 aumentaram no estado, o que também é confirmado por este trabalho⁸, pois quando se compara os municípios entre si, percebe-se que alguns apresentaram pouca evolução no aspecto socioeconômico no período de 2005 a 2016.

Para identificar os municípios em condição de: *Tendendo ao Crescimento*; *Tendendo ao Desenvolvimento*; com *Desenvolvimento Virtuoso*; ou com *Círculo Vicioso* é importante destacar a divisão geográfica regional do estado de Santa Catarina por mesorregiões, conforme ilustrado na Figura 01.

Figura 01 - Mesorregiões de Santa Catarina (2020).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Craice e Pezzo (2015).

Pela análise *intraestadual*, que compara o IFDM de cada município com a média de todos os

⁷ O valor do Índice de Gini varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior será a igualdade de renda de um estado.

⁸ Baseado no Informe sobre *Desarrollo Humano* publicado no México em 2002; Raiher e Ferrera de Lima (2014) e Corrêa, Bidarra e Piffer (2019).



municípios do estado, a mesorregião do Vale do Itajaí foi a que apresentou o maior percentual de municípios na condição de *Círculo Virtuoso* e *Tendendo ao Desenvolvimento* nos anos de 2005 e 2016, representando, respectivamente, 75,92% e 79,63% dos municípios da mesorregião. Já na condição de subdesenvolvimento (*Círculo Vicioso*) é a mesorregião Serrana que aparece com o maior percentual de municípios (em relação ao total da mesorregião) com este perfil, 76,67%, em 2005, e 63,33%, em 2016. A mesorregião Sul Catarinense foi a que deteve o maior número absoluto de municípios na condição de *Tendendo ao Crescimento* nos dois anos de referência. Tais aspectos podem ser observados na Tabela 01, em que é apresentado o número de municípios por mesorregião de acordo com sua condição de desenvolvimento.

Tabela 01 - Municípios catarinenses por Mesorregião em cada situação de desenvolvimento socioeconômico, em relação à média estadual (2005 e 2016).

Situação/Mesorregião	Oeste Catarinense		Norte Catarinense		Serrana		Vale do Itajaí		do Grande Florianópolis		Sul Catarinense	
	2005	2016	2005	2016	2005	2016	2005	2016	2005	2016	2005	2016
	Círculo Virtuoso	08	08	04	02	00	00	13	8	01	01	02
Tendendo ao Desen.	71	76	08	14	04	07	28	35	15	10	25	21
Tendendo ao Cresc.	02	04	01	01	03	04	01	00	00	01	04	04
Círculo Vicioso	37	30	13	09	23	19	12	11	5	9	13	17

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2020).

Em termos de melhores condições de desenvolvimento socioeconômico, além da mesorregião do Vale do Itajaí, a mesorregião Oeste Catarinense também apresentou número expressivo de municípios na condição de *Desenvolvimento Virtuoso* e *Tendendo ao Desenvolvimento*. Pelos dados da Tabela 01, observa-se ainda, que as mesorregiões da Grande Florianópolis e Sul Catarinense, cujos municípios em sua maioria se encontravam na condição de *Tendendo ao Desenvolvimento* em 2005, tiveram redução do número de municípios com esse perfil em 2016, perdendo, juntas, nove deles para as categorias inferiores de desenvolvimento. Com exceção da mesorregião Oeste Catarinense que faz fronteira com a província argentina de Misiones no Extremo Oeste do estado, as mesorregiões da Grande Florianópolis e Sul Catarinense são regiões litorâneas.

A Figura 02 mostra a distribuição espacial dos municípios catarinenses conforme seus perfis de desenvolvimento socioeconômico, quando o IFDM dos municípios é comparado com a média ponderada do IFDM de todos os municípios do estado, para as variáveis Saúde, Educação, e Emprego & Renda. Evidencia-se, no entanto, que aqueles que estão na condição de *Círculo Virtuoso* e *Tendendo ao Desenvolvimento* estão concentrados nas mesorregiões Oeste Catarinense (lado oeste), Vale do Itajaí e Grande Florianópolis (lado leste), e Sul Catarinense (lado sul), permanecendo a região central do estado com maiores traços de subdesenvolvimento.

Em termos de piores condições de desenvolvimento, as mesorregiões Norte Catarinense e Serrana foram as que apresentaram os maiores percentuais de municípios na situação de *Círculo Vicioso* do subdesenvolvimento, em relação o total de municípios das mesmas. Contudo, é importante observar que de 2005 a 2016 a mesorregião Norte Catarinense diminuiu de 50,00%



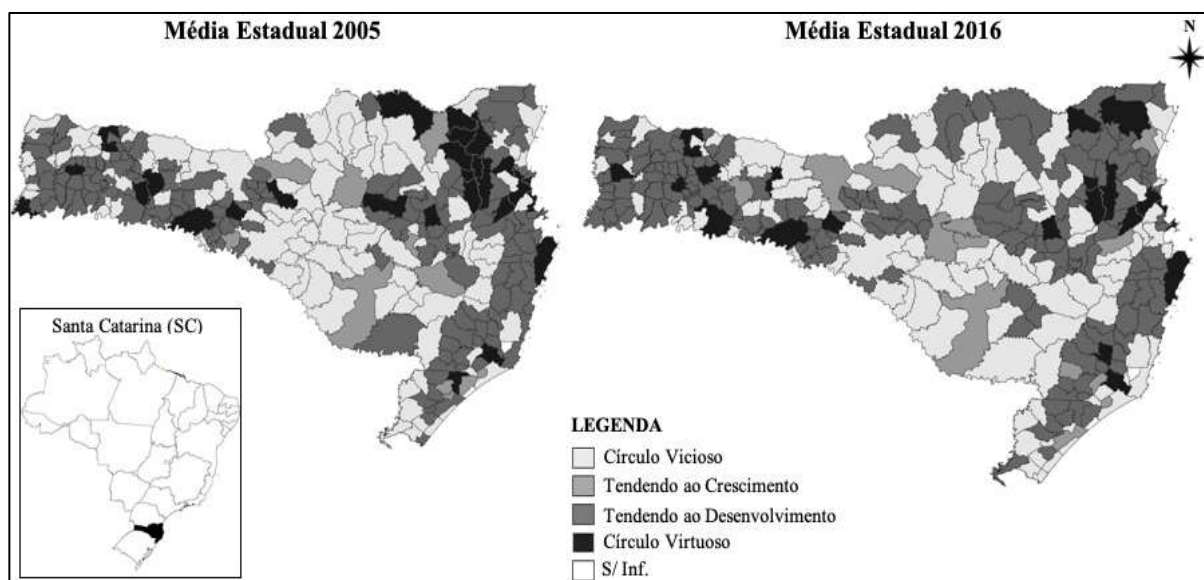
OBSERVADR





para 34,62% o número de municípios com este perfil e a mesorregião Serrana de 76,67% para 63,33%, o que significa ter havido uma sensível melhora nas condições socioeconômicas desses municípios no período. Para melhor observação, a Figura 03 apresenta os percentuais de municípios na condição de *Tendendo ao Desenvolvimento* e em *Círculo Vicioso* do subdesenvolvimento por mesorregião.

Figura 02 - Desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Santa Catarina em relação à média estadual (*intraestadual*) - 2005 e 2016



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2020).

Pela Figura 03, é possível observar um significativo aumento da proporção de municípios subdesenvolvidos (inseridos no *Círculo Vicioso*) nas mesorregiões da Grande Florianópolis e da Sul Catarinense, bem como uma queda da proporção de municípios na condição de *Tendendo ao Desenvolvimento* entre os anos de 2005 e 2016. Já as demais mesorregiões do estado apresentaram aumento da proporção de municípios na situação de *Tendendo ao Desenvolvimento*, com destaque para a mesorregião Norte Catarinense, que além de aumentar o percentual de municípios de 30,77% para 53,85%, também reduziu, como já mencionado, o percentual de municípios na condição de *Círculo Vicioso* de 50,00% para 34,62% no período em questão.

Na mesorregião da Grande Florianópolis, somente Florianópolis (capital do estado) esteve na condição de *Círculo Virtuoso* nos dois anos analisados, enquanto que na mesorregião Sul Catarinense apenas o município de Tubarão permaneceu no *Círculo Virtuoso*. Situação preocupante é a da mesorregião Serrana, onde se encontra o maior contingente de municípios na condição de *Círculo Vicioso* do subdesenvolvimento, cujo percentual de municípios com este perfil foi de 63,33% em 2016, não apresentando nenhum município na condição de *Círculo*



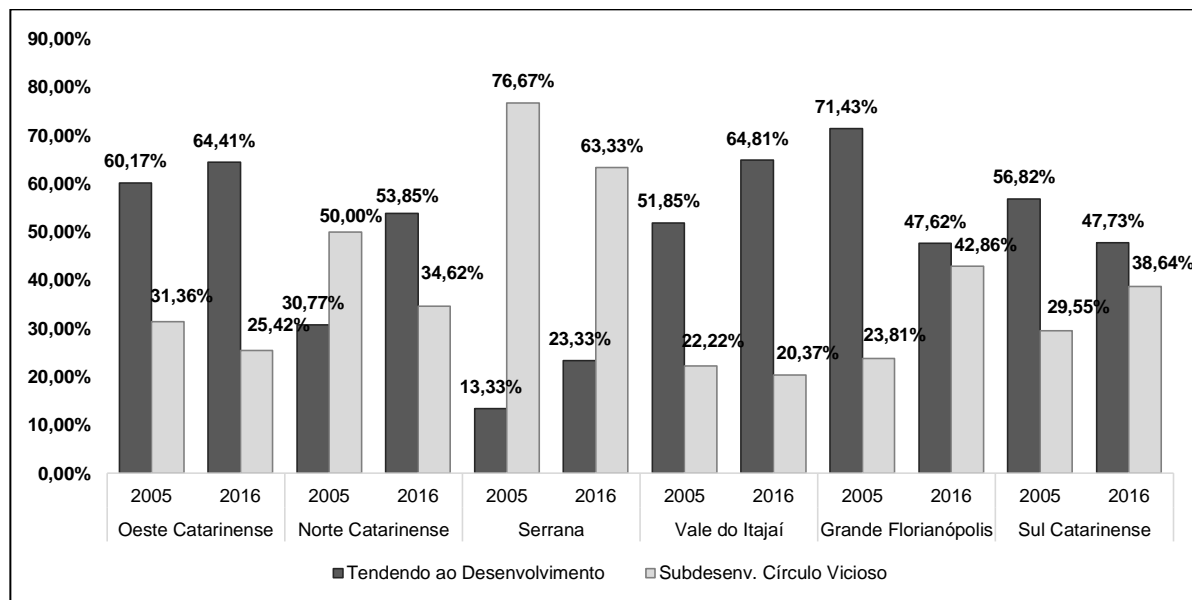
OBSERVADR





Virtuoso⁹.

Figura 03 - Municípios na condição de *Tendendo ao Desenvolvimento* e/ou *Círculo Vicioso* do Subdesenvolvimento entre os anos de 2005 e 2016 (em %)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2020).

A Figura 04 apresenta a distribuição espacial dos municípios catarinenses na condição de *Círculo Vicioso* do subdesenvolvimento nos anos de 2005 e 2016. Pela figura, é possível observar uma predominância desses municípios na região central do estado. Porém, é importante ressaltar que na condição de *Círculo Virtuoso* houve uma redução de 28 para 21 municípios no período, enquanto que na condição de *Círculo Vicioso* o número passou de 103 para 95.

A análise mostra que muitos municípios permaneceram na condição de subdesenvolvimento no período, principalmente os situados nas mesorregiões Serrana e Norte Catarinense. Nas mesorregiões da Grande Florianópolis e Sul Catarinense verifica-se um aumento dos integrantes do *Círculo Vicioso* de subdesenvolvimento. No total, 55 municípios catarinenses não conseguiram sair da condição de subdesenvolvimento que se encontravam em 2005 e 37 entraram nesta condição em 2016.

Por outro lado, os municípios que conseguiram sair da condição de subdesenvolvimento (*Círculo Vicioso*) para condição de *Tendendo ao Crescimento*; *Tendendo ao Desenvolvimento* ou para o *Círculo Virtuoso* de desenvolvimento foram 44. Destes, apenas o município de Vargeão,

⁹ Tais características se assemelham com o estudo de Raiher (2013) sobre a relação do desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina e os investimentos do Estado.



OBSERVADR

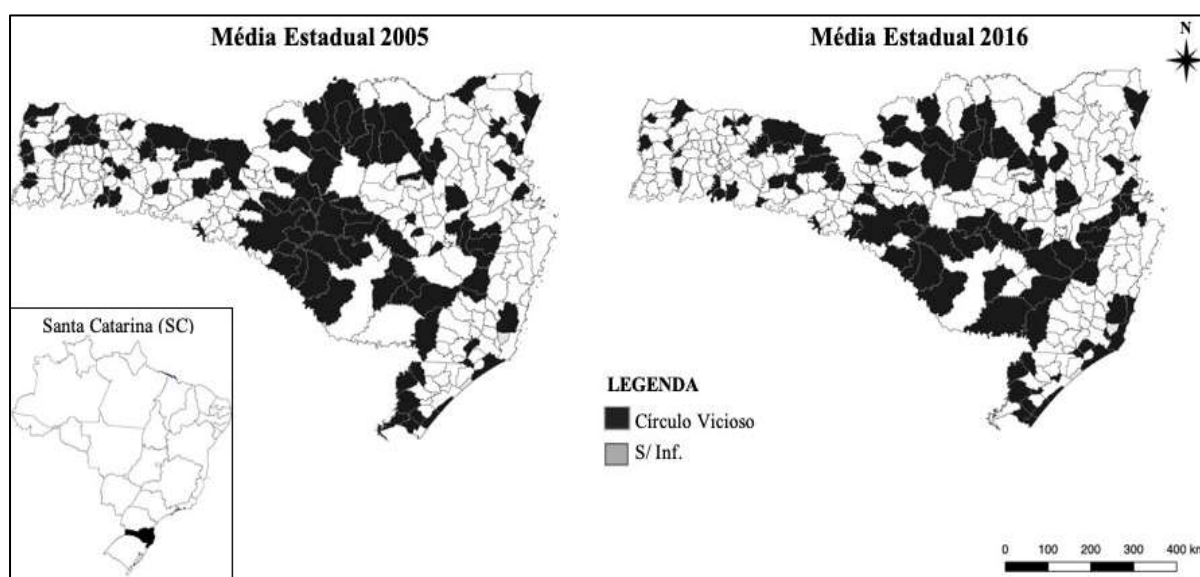




localizado na mesorregião Oeste Catarinense, conseguiu sair do *Círculo Vicioso* para o *Círculo Virtuoso* de desenvolvimento.

Quanto aos municípios que se encontravam na condição de *Círculo Virtuoso* de desenvolvimento, 13 mantiveram essa condição no período de 2005 a 2016, com destaque para a mesorregião do Vale do Itajaí, que concentrou 7 municípios. Oito municípios entraram nessa categoria de desenvolvimento no período, e 13 saíram.

Figura 04 – Santa Catarina: municípios no *Círculo Vicioso* – em 2005 e 2016.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2020).

A redução do número de municípios na condição de *Círculo Virtuoso* de desenvolvimento é claramente notada na Figura 05, uma vez que as mesorregiões do Vale do Itajaí e Norte Catarinense apresentaram redução do número de integrantes nessa categoria de 2005 para 2016: de 13 para 8, e de 4 para 2, respectivamente. A mesorregião Serrana não contou com nenhum município na condição de *Círculo Virtuoso* de desenvolvimento nos dois anos de referência. O baixo desenvolvimento, principalmente desta última mesorregião, tem sido fundamental para o aprofundamento das desigualdades regionais no estado, quando a análise é feita pela ótica *intraestadual*.

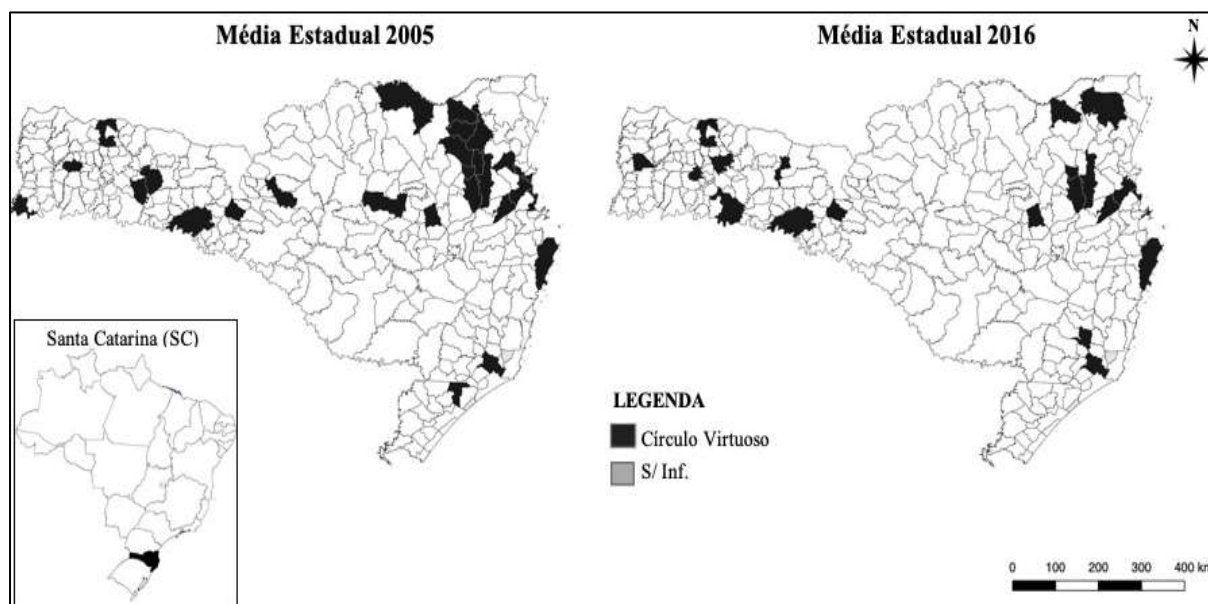
Para Trovão (2019), estas desigualdades podem estar associadas à perda do bom funcionamento do mercado de trabalho durante a década de 2000, da capacidade de absorção do crescimento populacional pelas economias nacionais e da ampliação das políticas públicas do Estado. Essa deterioração do Estado nacional culminou durante a década de 2010 em entraves de políticas públicas para melhorar a distribuição de renda e diminuir as desigualdades regionais no Brasil.

Como exemplo desses entraves, pode-se citar a condução da Política Nacional de



Desenvolvimento Regional (PNDR)¹⁰, instituída em 2007 com objetivo de combater as desigualdades regionais, com foco nos municípios com baixos indicadores socioeconômicos, cujos avanços foram poucos significativos até 2016. Logo, as vulnerabilidades econômicas e sociais que demandam políticas públicas para combatê-las se tornaram mais evidentes a partir de 2010. A Figura 05 ilustra a distribuição espacial dos municípios no *Círculo Virtuoso* de desenvolvimento em 2005 e 2016.

Figura 05 - Santa Catarina: municípios no *Círculo Virtuoso* – em 2005 e 2016.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2020).

O estudo de Trovão (2019) também constatou a persistência de grandes disparidades de renda, ainda que com relativa melhora, entre ricos e pobres no Brasil no período de 2000 a 2010. Contudo, o desafio para redução das desigualdades brasileiras decorre do enfrentamento das condições econômicas e sociais predominantes no país, considerando o ambiente de crise econômica que tende a aumentar as desigualdades em todas as dimensões, sendo imprescindível a superação de entraves pela perspectiva de múltiplas dimensões do desenvolvimento socioeconômico.

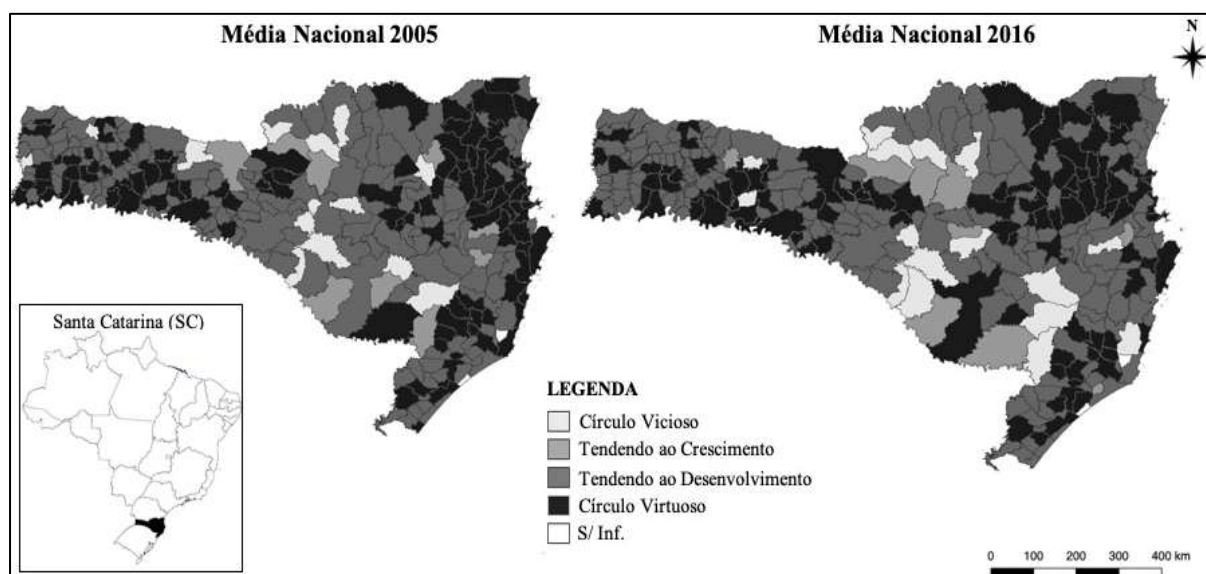
Todavia, quando a análise feita pela ótica da média nacional (abordagem *interestadual*), ou seja, aquela que compara o IFDM dos municípios catarinenses com a média do IFDM dos municípios brasileiros, é possível constatar um maior contingente de municípios na condição de *Círculo Virtuoso* entre os anos de 2005 e 2016, o que confirma uma melhor condição de desenvolvimento dos municípios do estado, comparativamente ao cenário nacional, conforme mostrado na Figura 06.

¹⁰ Mais detalhes ver o trabalho de Magalhães, Monteiro Neto, Costa, Resende e Sousa (2017), que fizeram uma abordagem avaliativa das ações da PNDR em vários municípios brasileiros.



Estes aspectos denotam que os municípios do estado apresentaram IFDM acima da média dos municípios brasileiros, ou seja, que há uma menor desigualdade socioeconômica dos municípios catarinenses quando comparados com a média nacional. No *Círculo Virtuoso* do desenvolvimento, verificou-se que em 2005 eram 106 municípios, passando para 99 em 2016. Já o número de municípios *Tendendo ao Crescimento* manteve-se constante, num total de 9, e os municípios *Tendendo ao Desenvolvimento* apresentaram um moderado aumento de 163 para 168. Quanto aos inseridos no *Círculo Vicioso* de subdesenvolvimento, houve um leve aumento de 14 para 16 municípios.

Figura 06 - Desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Santa Catarina em relação à média nacional – 2005 e 2016.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IFDM/FIRJAN (2020).

De todo modo, é importante ressaltar que quando os municípios são analisados pela ótica da média estadual (abordagem *intraestadual*), a condição de subdesenvolvimento é mais perceptível e as desigualdades entre regiões e entre municípios são mais evidentes. Já quando a análise é feita pela ótica da média nacional (abordagem *interestadual*), a boa classificação do IDH e do IFDM reflete nas melhores condições de desenvolvimento dos municípios do estado, mesmo que a melhora para o *Círculo Virtuoso* de desenvolvimento ou a redução do número de inclusos no *Círculo Vicioso* não tenha sido constada no período.

Seja no âmbito da análise *intraestadual* ou *interestadual*, é importante destacar a necessidade de instrumentos que estimulem a economia dos municípios em condições econômicas e sociais vulneráveis. Tais instrumentos ratificam a importância do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico igualitário, que possibilite a criação de condições para que os municípios com piores indicadores socioeconômicos consigam romper o subdesenvolvimento (*círculo vicioso*) e planejem o desenvolvimento sob novas perspectivas, novas ações e novas práticas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios catarinenses no período de 2005 a 2016, mensurada pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A análise foi realizada por meio da comparação do IFDM dos municípios catarinenses em relação à média dos municípios do estado (abordagem *intraestadual*), e em relação à média dos municípios brasileiros (abordagem *interestadual*). Para isso, os municípios foram categorizados como: a) *tendendo ao crescimento*; b) *tendendo ao desenvolvimento*; c) *círculo vicioso* - ou subdesenvolvido; e d) *círculo virtuoso* - ou desenvolvido.

De modo geral, os resultados mostram que a condição de desenvolvimento dos municípios catarinenses é mais perceptível quando estes são analisados pela ótica da média nacional, uma vez que cerca de um terço dos mesmos aparecem inclusos no *círculo virtuoso* do desenvolvimento. As mesorregiões com o maior número de municípios classificados como desenvolvidos por esta ótica são: Oeste Catarinense, Sul Catarinense e Vale do Itajaí, as quais somaram 86 municípios nesta condição em 2016.

Por outro lado, quando a análise é feita pela ótica da média estadual, as desigualdades regionais e municipais são mais evidentes, com os municípios mais desenvolvidos estando concentrados nas mesorregiões Oeste Catarinense e Vale do Itajaí, com as mesorregiões da Grande Florianópolis, Sul Catarinense, Norte Catarinense e Serrana concentrando o maior número de municípios na condição de subdesenvolvimento, denotando a presença de intensas desigualdades regionais no estado.

Sendo assim, percebe-se que em Santa Catarina o crescimento econômico e a concentração da riqueza refletiram fortemente no desenvolvimento socioeconômico dos municípios, principalmente daqueles situados nas regiões litorâneas e Oeste Catarinense. Como fator negativo, tem-se o fato de a região central do estado concentrar um elevado número de municípios com baixo nível de desenvolvimento, fazendo com que haja um aprofundamento das disparidades entre esta e as demais regiões.

Dado o contexto de intensas desigualdades regionais observadas em Santa Catarina em termos de IFDM no período estudado, sugere-se que novos estudos sejam realizados sobre os fatores responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades regionais no estado, com o intuito de fomentar políticas públicas capazes de romper com o *círculo vicioso* do subdesenvolvimento em municípios e/ou regiões que se encontram nessa condição, melhorando seus perfis socioeconômicos.

Nesse sentido, estudos sobre o desenvolvimento regional ou local que busquem compreender o papel dos indivíduos para melhorar o bem-estar socioeconômico das localidades onde vivem, são fundamentais para amenizar o subdesenvolvimento de regiões com indicadores socioeconômicos ruins. Para tanto, o Estado, como agente formulador de políticas públicas, tem o papel essencial de promover, instrumentalizar e orientar tais comunidades, proporcionando dessa forma, condições que conduzam as múltiplas dimensões (sociais, econômicas, ambientais, etc.) para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS DE LITERATURA



OBSERVADR





BEGNINI, S.; ALMEIDA, L. E. D. F. Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião Oeste Catarinense: caracterização e classificação. **Interações**, v. 17, n. 4, p. 547-560, 2016.

BOISIER, Sérgio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Estudios Sociales**, 1999b. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/137250614/Capital-Sinergetico-Boisier>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CORRÊA, A. S.; BIDARRA, Z. S.; PIFFER, M. Desigualdades e Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2005 e 2013. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, p. 164-173, 2019. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4458>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CORRÊA, A. S. **Políticas públicas para a integração regional da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul**: um estudo da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”. 2019. 246 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

CRAICE, C.; PEZZO, T. A dinâmica demográfica de Santa Catarina no período pós-1991. **Revista NECAT**, v. 4, n. 7, 2015.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: CRV, 2017.

DUARTE, V. N. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 17, n. 31, p. 194-205, 2015.

FERRERA DE LIMA, J. As disparidades regionais na fronteira sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 5, p. 128-137, 2019.

FUKUDA-PARR, S. The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen’s Ideas On Capabilities. **Feminist Economics**, v. 09, p. 301-317, 2003.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO. **La dinámica del desarrollo humano regional**. 2002. Disponível em: <http://www.centrodesarrollohumano.org/pmb/opac_css/index.php?lvl=notice_display&id=7>. Acesso em: 10 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. 2020. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.



OBSERVADR





Acesso em: 12 abr. 2020.

MAGALHÃES, J. C. R.; MONTEIRO NETO, A.; COSTA, R. P.; RESENDE, G. M.; SOUSA, A. G. Avaliação qualitativa da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de seus instrumentos explícitos: uma percepção dos atores locais. In: RESENDE, G. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Brasília: Ipea, 2017.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957.

NURKSE, R. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century. **Human Development Report 2019**. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/world/human-development-report-2019-beyond-income-beyond-averages-beyond-today-inequalities>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

RAIHER, A. P. Desenvolvimento econômico dos municípios de Santa Catarina e a ação do estado. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, p. 04-18, 2013.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento Humano Municipal no Sul do Brasil: evolução recente e círculo vicioso da pobreza. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, v. 36, n. 2, p. 147-154, 2014.

RODOLFO, F. **Santa Catarina: desenvolvimento, desigualdades regionais e ação do estado no início do século XXI**. 293 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

TROVÃO, C. J. B. N.; ARAÚJO, J. B. Desigualdades brasileiras nos anos 2000: uma abordagem multidimensional. **Geosul**, v. 34, n. 70, p. 56-86, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2019v34n70p56>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.



OBSERVADR

